

ano 19 – n. 1 | janeiro/abril – 2022
Belo Horizonte | p. 1-251 | ISSN 1806-910X
R. de Dir. Empresarial – RDEmp

Revista de
DIREITO EMPRESARIAL

RDEmp

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

Apresentação	7
--------------------	---

DOCTRINA

Alienação fiduciária e taxa de ocupação na recuperação judicial

Marcelo Barbosa Sacramone, Fernando Lima Gurgel do Amaral	13
Introdução	13
1 A taxa de ocupação na Lei nº 9.514/1997.....	14
2 Aplicação da taxa de ocupação nos bens móveis	16
3 Aplicação da taxa de ocupação na recuperação judicial	18
4 Análise da jurisprudência	20
Conclusão	25
Referências	26

Contratos empresariais de adesão: interpretação e análise econômica do direito

Sandro Mansur Gibran, Juliana Markendorf Noda, Luccas Farias	29
Introdução	29
1 As formas de interpretação contratual.....	30
2 Os contratos de adesão e a ótica consumerista	35
3 A especificidade dos contratos mercantis.....	38
4 A aplicação da análise econômica do direito.....	40
5 A causa do negócio como forma e vetor interpretativo	42
6 Contrato mercantil de adesão: proposta de interpretação e análise	45
Conclusão	49
Referências	51

A (possibilidade de) limitação de responsabilidade nos contratos de transferência de *know-how* tecnológico derivada de *software open source vis-à-vis* a Lei nº 9.609/98

Vitor Maimone Saldanha, Marcus Elidius Michelli de Almeida	53
1 Introdução	53
2 Sociedade tecnológica e a economia de compartilhamento.....	55
3 <i>Softwares open source</i>	58
4 A transmissibilidade do <i>know-how</i> via transferência de tecnologia	60
5 A transferência de tecnologia <i>vis-à-vis</i> o art. 10, §1º, inciso II, da Lei de Software e a boa-fé objetiva.....	62
5 Conclusão	65
Referências	66

Duplicata eletrônica: emissão através de assinatura digital e seus benefícios ao *e-commerce*

Aluer Baptista Freire Júnior, Rodrigo Almeida Magalhães	69
1 Introdução	69
2 Histórico da duplicata eletrônica.....	71
3 Conceitos e requisitos gerais da duplicata eletrônica	73

4	Assinatura digital	78
5	Possibilidade de emissão da duplicata eletrônica por assinatura digital.....	81
6	Vantagens frente ao <i>e-commerce</i>	82
7	Conclusão	85
	Referências	86

A contagem dos prazos recursais na recuperação judicial após a Lei nº 14.112/2020

Armando Roberto Revoredo Vicentino, Leonardo da Silva Sant'Anna	89	
1	Introdução	89
2	A sistemática processual implementada pelo CPC de 2015.....	92
3	A estrutura normativa da recuperação judicial e dos elementos considerados nos precedentes do STJ após o advento do CPC/2015	94
4	Da análise de compatibilização entre o artigo 189, §1º, I da Lei nº 11.101/2005 e o artigo 219 do CPC/2015	100
5	Considerações finais	105
	Referências	107

A inconstitucionalidade da sanção de dissolução compulsória da pessoa jurídica prevista na Lei Anticorrupção

Vinicius Jose Marques Gontijo, Gustavo Rezende, Pedro Henrique Bengtsson Bernardes...111	111	
1	Introdução	112
2	Regime jurídico das sociedades	113
3	Princípios aplicáveis às sociedades	115
4	A dissolução e seus efeitos	118
5	A Lei Anticorrupção e as sanções	121
6	Inconstitucionalidade da sanção de dissolução compulsória	123
7	Considerações finais	126
	Referências	127

Arbitragem necessária nos conflitos societários como método adequado de resolução de conflitos

Antônio Pedro Pinto Monteiro, Marcelo Artur Miranda Chada.....129	129	
1	Introdução	129
2	Arbitragem necessária	131
3	Arbitragem necessária e a releitura dos princípios do acesso à justiça e do devido processo legal	133
4	Arbitragem necessária nos conflitos societários.....	136
5	A arbitragem necessária como materialização da governança corporativa	140
	Conclusão	144
	Referências	146

Contrato de concessão comercial de veículos automotores: extinção e impossibilidade de restabelecimento compulsório

Marcus Elidius Michelli de Almeida, Tatiana Dratovsky Sister.....149	149	
	Introdução	149
1	O contrato de concessão comercial	150
1.1	Conceito.....	150
1.2	Pirâmide regulatória	151
1.3	Características inerentes a contratos de colaboração.....	152

1.4	Vigência e modalidades de resolução contratual	156
2	Impossibilidade de restabelecimento compulsório	157
2.1	Prazo legal mínimo para o encerramento das atividades do concessionário	157
2.2	Jurisprudência.....	159
	Conclusão	164
	Referências	165

Joint ventures e os atos de concentração de empresas no direito brasileiro

Clayton Vinicius Pegoraro de Araújo, Gabrielle Jacobi Kölling, Gernardes Silva Andrade	169
Introdução	169
1 <i>Joint venture</i> e sua finalidade econômica	171
2 Reflexão atinente à ordem econômica constitucional pátria	174
3 Livre concorrência <i>versus</i> modos de concentração empresarial.....	177
Considerações finais	179
Referências	180

Crowdfunding de investimento no Brasil em números e perspectiva

Rubia Carneiro Neves, Rodrigo Rocha Feres Ragil	183
Introdução	183
1 Criação e contornos gerais do <i>crowdfunding</i> de investimento	184
2 O <i>crowdfunding</i> de investimento em números	186
2.1 Plataformas	186
2.2 Ofertas lançadas e concluídas com sucesso	187
2.3 Montante alvo de captação e captado.....	188
2.4 Valor médio de captação por oferta	188
2.5 Investidores.....	189
2.6 Investidores por oferta.....	189
2.7 Investimento médio por investidor	189
3 O perfil dos agentes e a área de atuação no <i>crowdfunding</i> de investimento	190
3.1 Titulares das plataformas	190
3.1.1 Atividades, local e área de atuação	191
3.2 Sociedades investidas	192
3.2.1 Local e área de atuação	192
3.3 Investidor	193
4 <i>Crowdfunding</i> de investimento em perspectiva.....	195
Conclusão	196
Referências	198

O crédito de direito público na falência com o advento da Lei nº 14.112/2020

Alexandre Ferreira de Assumpção Alves, Thalita Almeida Salles	203
1 Introdução	203
2 O tratamento dos créditos tributários na falência à luz da legislação e da jurisprudência	205
2.1 A desvinculação do crédito tributário do processo falimentar e a possibilidade da Fazenda Pública requerer a falência do devedor	206
2.2 A faculdade e potestatividade da Fazenda Pública de habilitar ou executar o seu crédito	212
2.1.2 A admissível habilitação do crédito fiscal na falência à luz da jurisprudência do STJ e sua colmatação com as alterações implementadas pela Lei nº 14.112/2020	217
2.3 A restituição em dinheiro dos títulos de que trata o inciso IV do art. 86 da LRF.....	222
3 O incidente de classificação do crédito público na falência	226

3.1	O efeito do suposto afastamento do art. 187 do CTN pelo incidente de classificação do crédito de direito público	229
3.2	A análise funcional do art. 7 ^a A da Lei nº 11.101/2005	230
3.3	Aspectos procedimentais e casuísmos do incidente de classificação do crédito de direito público	233
4	Conclusão	237
	Referências	239
	Normas Técnicas	241
	Normas Técnicas	245
	Technical Standards	249